



**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea j) do artigo nº 25 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração da **Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M, S.A.**, consistindo no Planos de Atividades, de Investimento e Financeiro, Orçamento Anual de Investimento por Trimestre, Orçamento Anual de Exploração por Trimestre, Orçamento Anual por Centros de Gastos, Orçamento Anual de Tesouraria por Trimestre e Balanço Previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação contida nos instrumentos de gestão previsional anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Norma Internacionais de Auditoria, nomeadamente a ISAE

"3400 - O Exame da Informação Financeira Prospetiva", planeado de acordo com aquele objetivo, que consiste verificar se:

- (a) Os pressupostos de melhor estimativa da Administração nos quais se baseia a informação financeira prospetiva não são irrazoáveis e, no caso de pressupostos hipotéticos, tais pressupostos são consistentes com a finalidade da informação;
- (b) A informação financeira prospetiva está devidamente preparada na base dos pressupostos;
- (c) A informação financeira prospetiva está devidamente apresentada e todos os pressupostos materiais estão adequadamente divulgados, incluindo uma indicação clara quanto a se são pressupostos de melhor estimativa ou pressupostos hipotéticos;
- (d) A informação financeira prospetiva está preparada numa base consistente com as demonstrações financeiras históricas, usando princípios contabilísticos apropriados.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA

6. Numa análise sucinta aos documentos previsionais é de destacar:

a) Uma definição concreta dos objetivos, que passam pela melhor gestão dos equipamentos, através de critérios de rentabilidade económica, assumindo, não obstante, que a sua atividade inclui investimentos de rentabilidade reduzida e a prática de preços sociais de forma a proporcionar a utilização das infraestruturas, quer para lazer da população (caso das piscinas de Recreio e Lazer), quer para cuidados de saúde (caso das Termas); a gestão e organização de estacionamento público; o controlo de gastos, nomeadamente os Gastos de fornecimentos e serviços externos; o controlo dos Gastos com o pessoal e Aumento dos serviços prestados relativamente a 2020.

b) Um volume de negócios expectável de € 1.356.074,68, coerente com o volume de

negócio histórico realizado, refletindo também uma significativa estabilidade nas condições de fornecimento de serviços;

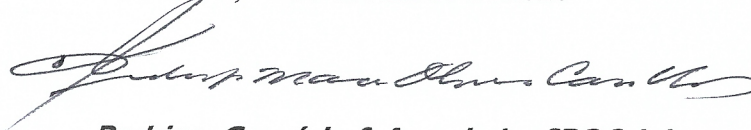
b) Um Resultado Líquido do Período esperado de € 6.054,17.

c) Não obstante, recomendamos que os documentos financeiros previsionais apresentados devem conter, na medida do possível, comparativos previsionais do ano anterior de modo que seja possível apreciar a evolução das asserções neles contidos.

PARECER

7. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
8. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Chaves, 09 de novembro de 2020



Rodrigo, Gregório & Associados SROC, Lda

SROC 170/CMVM 20161474, representada pelo sócio

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)